

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 104/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2023

EMPRESA RECORRENTE: AP SOARES CONSULTORIA, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRARRAZÃO: CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA E AM ARQUITETURA, ENGENHARIA LTDA E CALLE RS CONSTRUTORA LTDA

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial Por Registro de Preço nº 012/2023, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE, ARMADOR, AJUDANTE DE ARMADOR, AJUDANTE DE BOMBEIRO/ENCANADOR, CARPINTEIRO, AJUDANTE DE CARPINTEIRO, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, PINTOR, AJUDANTE DE PINTOR, GESSEIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E ENCARREGADO DE OBRAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS DESTA MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

1. MOTIVO DO RECURSO

A **Recorrente** impetrou Recurso Administrativo, tempestivamente, contra decisão que **HABILITOU** as empresas **CALLE RS CONSTRUTORAS LTDA, CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA E AM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA** no processo em referência sob alegações que as empresas **CALLE RS CONSTRUTORAS LTDA e CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** não possuem atividades compatível e pertinente ao objeto licitado, estando em desacordo com o item 2.5 " **não poderão participar da presente licitação a pessoa jurídica: 2.5.6 cujo objeto não seja compatível com objeto da licitação**", bem como todas as empresas apresentaram propostas inexecutáveis, estas são as razões.



2. DO MÉRITO

Inicialmente, a pregoeira e sua equipe de apoio assegura o cumprimento aos princípios que regem a Administração, descritos no artigo 37 da Constituição Federal, do art. 14 da Lei nº 8.987/95, e ainda, no artigo 3º, caput da Lei nº 8.666/1993, como segue:

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Neste sentido, cabe ainda observar que o Edital, as peças que o compõem, bem como todos os atos praticados pela Administração Pública, passaram pelo rigoroso crivo do Município, tendo respaldo quanto aos requisitos de legalidade das disposições ali contidas.

3. DA NÃO APRESENTAÇÃO DE CNAE E OBJETO COMPATÍVEL COM A LICITAÇÃO DAS EMPRESAS CALLE RS CONSTRUTORAS LTDA, CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA E FENIX CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Alega o Recorrente que as empresas **CALLE RS CONSTRUTORAS LTDA, CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA E FENIX CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA** não possuem CNAE tanto quanto o objeto compatível com a licitação, conforme exigido no edital.

Em relação ao recurso administrativo interposto pela Recorrente a pregoeira realizou nova revisão minuciosa sobre o as alegações do Recorrente, assim passamos analisar o mérito.

Insta esclarecer que após nova análise da documentação de habilitação das empresas mencionadas, constatou que as mesmas não possuem CNAE do objeto licitado, estando assim em desconformidade com o item 2.5 e 2.5.6 do edital vejamos: "item 2.5 " não poderão participar da presente licitação a pessoa jurídica: 2.5.6 cujo objeto não seja compatível com objeto da licitação".





Referente ao objeto das referidas empresas ficou constatado que as mesmas não possuem aptidão técnica de acordo a exigência da licitação.

Destacamos que, conforme a legislação vigente e os princípios que regem os processos licitatórios, a aderência estrita aos critérios estabelecidos no edital é fundamental para assegurar a igualdade entre os licitantes e a transparência do certame. As empresas **CALLE RS CONSTRUTORAS LTDA, CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA E FENIX CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, não atendem a essa exigência, não se qualificou para participar da licitação.

Adicionalmente, reforçamos que a análise do recurso administrativo foi conduzida em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que norteiam os atos da Administração Pública.

A legislação não menciona especificamente, que a empresa fornecedora deva ser do mesmo "ramo de atividade" do objeto contrato. Apenas no Art. 29 da Lei 8.666/93, no seu inciso II, cita:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

II – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu "ramo de atividade e compatível com o objeto contratual";

[...]

Vale destacar que um dos princípios basilares das licitações públicas, elencado pela Lei 8.666 /93, é a **vinculação ao instrumento convocatório**. Isso quer dizer que o contrato administrativo advindo de licitação é formatado nos exatos moldes previstos no instrumento convocatório, isto é, o Edital é a regra.

Pela lisura do processo licitatório, a administração pode rever seus próprios atos para adequá-los aos termos da lei e dos fatos, quando contiverem erro, nulidade ou anulabilidade. Ocorre, contudo, na hipótese de ato administrativo praticado com ilegalidade, má-fé do beneficiário ou erro evidente e incontestável.

Pela análise da doutrina e jurisprudência apresentada é de se concluir que quando se contrapõem os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e igualdade entre os licitantes, com a busca da melhor proposta, a Administração deve ter a sua atuação pautada na impessoalidade, para que não haja desvio de finalidade do procedimento licitatório.

Assim as razões apresentadas pela Recorrente com base no Princípio da vinculação do Instrumento convocatório merece ser acatada para INABILITAR as empresas **CALLE RS CONSTRUTORAS LTDA, CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA e FENIX CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA** no **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 104/2023 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2023**.

A decisão de inabilitação das empresas citada baseou-se nos termos precisos estabelecidos no edital de licitação, que estipulava de forma explícita a exigência de objeto compatível ao licitado. Conforme consta no item 2.5 e 2.5.6 do edital.

4. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

Alega o Recorrente que a empresas **CALLE RS CONSTRUTORAS LTDA, CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA E AM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA** apresentaram propostas inexecutáveis.

Ora, não há como negar que a finalidade maior do processo licitatório é a aquisição da melhor proposta a ser obtida pela Poder Público, mediante disputa a ser desenvolvida entre interessados, que devem ser tratados, em todo o decorrer do certame, de forma isonômica.

Uma proposta inexecutável em um pregão presencial é aquela que, apesar de ser apresentada durante o processo licitatório, não tem condições de ser executada na prática dentro dos parâmetros estabelecidos no edital. Isso pode ocorrer quando o preço proposto é irrealisticamente baixo em relação aos custos envolvidos na execução do objeto licitado, ou quando a empresa licitante não possui a capacidade técnica, operacional ou financeira necessária para cumprir com as obrigações contratuais.

Quando uma proposta é considerada inexecutável em um pregão presencial, cabe à Administração Pública avaliar se há possibilidade de ajuste ou correção por parte do licitante. Em alguns casos, a Administração pode solicitar esclarecimentos ou documentos adicionais para verificar a viabilidade da proposta. No entanto, se após essa análise a inexecutabilidade persistir, a proposta pode ser desclassificada do certame.

É importante que a Administração Pública zele pela qualidade e viabilidade das propostas recebidas durante o pregão presencial, garantindo que apenas empresas capazes de executar o objeto licitado de forma eficaz e satisfatória sejam consideradas para a contratação. Isso ajuda a assegurar a lisura e a eficiência do processo licitatório, assim as empresas **CALLE RS CONSTRUTORAS LTDA, CATHI CONSTRUÇÕES E**





SERVIÇOS LTDA E AM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA poderá comprovar que sua proposta é exequível, neste quesito as alegações do Recorrente não merecem prosperar.


Por fim vale destacar que todos os fatos e fundamentos ora indicados comprovam que a decisão da Comissão de Licitação, possui respaldo aos princípios que regulamentam o processo licitatório, destacando-se os **princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade**, bem como os dispositivos legais aplicáveis.

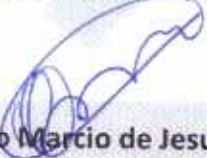
5. DA DECISÃO

Diante de todo o exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública, CONHEÇO O RECURSO e, no mérito, JULGO PROCEDENTE PARCIALMENTE, para INABILITAR as empresas **CALLE RS CONSTRUTORAS LTDA, CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA E FENIX CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, haja vista que, não foi atendida a especificação exigida no Edital e descumprimento das cláusulas editalícias e legislação vigente. Do mais, será marcada nova data para a análise das propostas e dos documentos de habilitação das empresas remanescentes nos termos da legislação pertinente.

É como decido.

Riacho dos Machados/MG, 22 de março de 2024.


Erica Cristina da Silva
Pregoeira do Município


Claudio Marcio de Jesus
Assessor Jurídico de Licitações
OAB/MG 141.033